

## 2013: Ano da Contabilidade no Brasil

No dia 18 de março, parlamentares e representantes de associações de contadores de todo o país se reuniram no Congresso Nacional, em sessão solene, para comemorar 2013 como o *Ano da Contabilidade no Brasil*. Trata-se da maior homenagem já prestada pelo Legislativo brasileiro aos profissionais da área, que contou com o suporte do Conselho Federal de Contabilidade e outras entidades afins, para conscientizar a sociedade da importância da contabilidade e do controle para garantir boas práticas e prevenir a corrupção em todos os setores.

Para viabilizar esse objetivo, o CFC instituiu o projeto *2013: Ano da Contabilidade no Brasil*, que será desenvolvido por meio de um conjunto de ações sistematizadas e organizadas, com temas relevantes e de importância durante todo o ano de 2013, nos mais diversos meios e formas de divulgação, provocando um verdadeiro “choque de mídia”.

### Ações

As ações de mídia começaram a ser executadas em março. A entidade já está presente nas redes sociais e criou, no Facebook, a página: *2013 - Ano da Contabilidade no Brasil*, que já obteve mais de 100 mil acessos. Segundo dados do CFC, existem no país, atualmente, 485.883 profissionais da Contabilidade e 81 mil organizações contábeis.

O presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, destaca que a Contabilidade



vem ocupando mais espaço e mostrando que é vital para todas as organizações, inclusive para as pequenas e médias empresas: “Desde que o Brasil adotou por completo as Normas Internacionais de Contabilidade, a carreira se destacou no cenário mundial e hoje é a quinta profissão mais demandada

no mundo. Isso a coloca em um momento muito especial”, enfatizou.

Entre as metas traçadas por Juarez estão a qualificação e capacitação dos mais de 500 mil profissionais registrados nos 27 Conselhos estaduais e, portanto, atuantes em ▶

### Nesta edição

#### Entrevista

O auditor da CGM-RJ, Djalma Filgueiras, fala sobre sua experiência na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio.

(página 4)

#### Artigo

Leia o artigo “Controle da Dívida Ativa: um estudo sob a ótica da Gestão Municipal e do Poder Judiciário”, de Marcello Sartore de Oliveira.

(página 5)

#### Obituário

Memória do Prof. Lino Martins da Silva, criador da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, falecido recentemente.

(página 9)

► todo o país, e a consolidação da posição de liderança da contabilidade nacional no mundo, principalmente em razão da implantação das IFRS (*International Financial Reporting Standards* – Normas Internacionais de Contabilidade) e da atuação do Glenif (Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera).

Por sua vez, a presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), Diva Gesualdi, escreveu à imprensa frisando que, “ao demarcar nossa posição e a consistência dos valores pregados em nosso trabalho, o projeto também tem como missão incentivar a demanda por profissionais da Contabilidade nas instituições públicas e privadas e fortalecer o papel e a procura por auditores”. De acordo com a presidente do CRC-RJ, os contadores querem demonstrar que o profissional responsável “é forte aliado na construção de um país em curso pela abolição de práticas que atentam contra a ética e a justiça”.

### Poder Legislativo

No Congresso Nacional, foi lembrado o fato de que existem no Brasil 400 mil estudantes de Contabilidade, além de 80 mil empresas especializadas. A Contabilidade, por sinal, é uma prática milenar, essencial a qualquer negócio, seja na transparência, no controle ou na previsão de gastos e receitas. No Brasil de hoje, mais de 2,7 milhões de empreendedores individuais foram formalizados por contadores nos últimos anos. Esse número deve ultrapassar três milhões este ano.

A grande missão da Contabilidade, desde que seu grande difusor, frei Luca Bartolomeo de Pacioli, registrou o sistema das

partidas dobradas pela primeira vez em livro, é estabelecer a figura da responsabilidade no trato da coisa pública e privada. Este princípio básico, que o frade descreveu em 1494, instituiu uma nova ordem econômica, que indicava ser impossível que uma pessoa pudesse aplicar um recurso sem ter a sua origem definida e calculada.

### Entre as “10 mais”

Dados do *Sistema de Seleção Unificada* (Sisu) do Ministério da Educação, em 2012, mostram que o curso de Ciências Contábeis está entre as dez profissões mais desejadas do País. Com todas as mudanças ocorridas nos últimos anos, desde a implantação das normas internacionais e todas as inovações tecnológicas que vieram agregar o trabalho do profissional da Contabilidade, as faculdades buscam manter-se atualizadas a fim de formar um profissional capaz de atuar em mercado cada vez mais exigente.

Para atender a essa mudança, o currículo dos cursos em todas as universidades tem sido dinâmico. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo, oferece, em média, 270 horas de aulas técnicas, ou seja, 10% das atividades específicas estão voltadas para a prática. Outras instituições recorrem à consultoria do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), programa em parceria com a Delegacia da Receita Federal do Brasil, também voltado para a vivência do dia-dia.

A qualidade do currículo tem importância diretamente proporcional à atratividade e possibilidades de ganhos crescentes que se verificam no mercado. ►

## Obituário

### Lino Martins da Silva

(★1938 - †2013)



Lino Martins da Silva era considerado um nome de peso na área de Contabilidade e Controle públicos do Brasil, tendo fundado, em

1993, o primeiro órgão voltado exclusivamente para controle interno em todo o país, a Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Permaneceu por doze anos à frente da CGM, onde implementou sua visão de contabilidade e auditoria governamentais de um controle voltado à identificação de oportunidades de melhoria dos processos da administração pública.

Prof. Lino foi um acadêmico respeitado, ocupou inúmeros cargos importantes em diversas esferas de governo, e atuou como consultor em várias frentes, deixando sempre uma marca de inovação e eficiência por onde passava. Isso deveu-se, em boa parte, a uma combinação rara de perfil acadêmico, capacidade administrativa e visão empreendedora. Durante a sua gestão na Controladoria (de 1993 a 1996 e de 2001 a 2008), Lino também criou o Informativo *Prestando Contas* e foi o seu principal editor. Prof. Lino foi o primeiro entrevistado do *Informativo Prestando Contas*, em julho de 93. Naquela ocasião ele comentou sobre a oportunidade que estava tendo: “Implantar um sistema de controle que tenha como paradigma os melhores modelos de outros países mediante adaptações para a nossa realidade é uma das coisas que mais gratifica profissionalmente”.

Seus estudos sobre Contabilidade e Controle na área governamental foram publicados em vários periódicos técnicos ou leigos de destaque, como a *Revista Brasileira de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade*, *O Globo* e *Jornal do Commercio*.

Lino Martins da Silva foi cremado no dia 27 de março, deixando um vazio na Contabilidade e na administração públicas do Brasil, assim como em todos que puderam conviver com ele. ☹

#### Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:**  
Eduardo Paes

#### Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:**  
Antonio Cesar Lins Cavalcanti

**Subcontroladora de Gestão:**  
Nadia Assunção Fernandes Neves

**Subcontroladora de Integração de Controles:**  
Angela de Arezzo Meireles

#### PreStando Conta\$

**Edição e pauta:**  
Margarete Ramos

**Diagramação e arte:**  
Daniel Santos de Barros

**Redação e revisão:**  
Margarete Rose Ramos, Daniel Santos de Barros, e Rogério Lessa Benemond

**Impressão:**  
Gráfica e Editora Rio DG Ltda.

Tiragem: 500 exemplares

#### Assessoria de Comunicação Social

**Assessora-chefe:**  
Margarete Ramos

**Editor gráfico:**  
Daniel Santos de Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409  
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-901  
Tel.: (21) 2976-1515/2967  
E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br  
Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

► Há projeções apontando que triplicou o número de profissionais de advocacia, administração e engenharia que buscam em ciências contábeis uma segunda formação acadêmica. E a oferta de recursos humanos ainda não atingiu um ponto crítico porque as empresas conseguem atrair profissionais das firmas de auditoria e dos escritórios de contabilidade e consultoria para suprir as necessidades de seus departamentos de auditoria interna, controladoria e financeiro.

### ***A contabilidade e o setor público: consolidação dos órgãos de controle no Brasil***

No setor público, uma das principais funções da Contabilidade é fornecer instrumentos para o controle de gastos de modo a fornecer subsídios para as decisões de governo, evitar desperdícios e prevenir a corrupção. No Brasil, foi com a Constituição de 1988 que a institucionalização do controle contábil entrou de modo oficial e irreversível no horizonte da administração pública. No que tange especificamente aos municípios, o Artigo 31 estipula que “a fiscalização do município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante



*A mesa da sessão solene do Congresso celebrando o Ano da Contabilidade no Brasil.*

controle externo, e pelos sistemas de controle do Poder Executivo Municipal, na forma da lei”.

Esse importante avanço refletiu o espírito de abertura e fortalecimento do exercício da cidadania que se seguiu ao fim do regime militar, pois controlar de modo regular e sistemático as contas públicas significa também a possibilidade de fiscalização e questionamento das mesmas por qualquer brasileiro. O Parágrafo 3º do mesmo

Artigo explicita esse objetivo ao postular que “as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

A Constituição aplicava essa mesma lógica, em versão mais generalista, às duas outras esferas de governo: em nível estadual e federal a tarefa de controle externo deveria ser exercida em por *(continua na pág. 9)* ►

## Projeto “2013: Ano da Contabilidade no Brasil”

Segundo o CFC, a Contabilidade Brasileira é uma das cinco profissões mais demandadas no mercado de trabalho. Além disso, se posiciona como a linguagem universal dos negócios e é também uma das maiores difusoras da responsabilidade socioambiental do mundo.

Em 2013, o Sistema CFC/CRCs atingirá a marca de 500 mil profissionais registrados. Tendo em vista o grande número de profissionais e a importância deles para o desenvolvimento econômico do país, o Conselho Federal de Contabilidade, pretende, com o apoio de todas as entidades ligadas direta e indiretamente à profissão no país, promover uma grande campanha publicitária de valorização da classe contábil: 2013: Ano da Contabilidade no Brasil. “Isso porque uma profissão extremamente tradicional e necessária à sociedade deve ser reconhecida e valorizada”, justifica o CFC. Os objetivos são:

- Informar à sociedade quais são os serviços prestados pelos profissionais da contabilidade;
- Conscientizar a população da importância do profissional da Contabilidade para o desenvolvimento socioeconômico do país;
- Fortalecer a imagem do profissional da Contabilidade perante a sociedade; como parceiro dos empresários, no que se refere à gestão do negócio; e do Estado, à execução da gestão pública;
- Incentivar a demanda por profissionais contábeis nas instituições públicas, privadas e do terceiro setor;
- Fortalecer o interesse pelos cursos de Ciências Contábeis em IES;
- Fortalecer a demanda de Auditores em organizações públicas e privadas com o objetivo de aprimorar a gestão;
- Posicionar o profissional da contabilidade como formador de opinião.

# Entrevista

## Djalma Gomes Filgueira

### Auditor Interno da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP)

#### *Como foi a experiência de trabalhar pela primeira vez com contratação através da parceria Público-Privada (PPP)?*

Aprendemos muito durante o acompanhamento de todo o processo. Proporcionou-nos familiarização com esse tipo de contratação, já que foi a primeira realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, apesar de a lei que a regulamenta ser do ano de 2004 (Lei nº 10.079/2004). Foi também a maior PPP já realizada no Brasil (R\$ 8 bilhões) com uma modelagem financeira pioneira no país. Tudo isto nos dá uma boa noção da magnitude da operação. O estudo e o entendimento da legislação aplicável nos deu a possibilidade de agregar valor ao conhecimento.

#### *Como o controle interno analisou a execução dos serviços de revitalização da área do Porto Maravilha?*

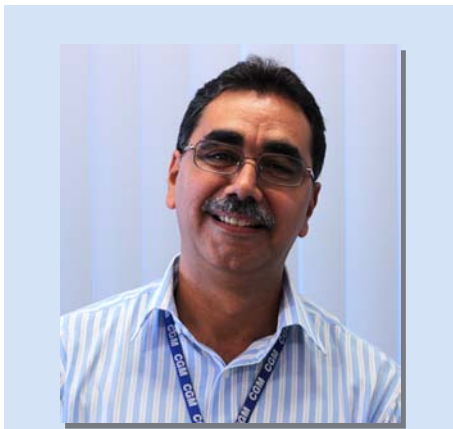
Nossa análise foi realizada no período de um mês e restringiu-se a verificar a conformidade na execução dos serviços contratados para a fase inicial, limitando-se à identificação e seleção dos serviços a serem prestados, passíveis de inspeção física, na fase inicial de implementação da concessão, tais como: exploração da malha viária, manutenção e conservação de rotina e gestão de resíduos sólidos.

#### *A exploração da malha viária abrange que serviços?*

Monitoramento de tráfego, comunicação e transmissão de dados, bem como segurança e conforto ao usuário. A fase inicial compreende a adequação de todos os serviços a serem implantados mediante identificação e padronização de procedimentos, assim como treinamento do pessoal envolvido. É necessário também a implantação de um canal de comunicação com os usuários à medida em que as áreas passem por intervenções e até a entrega de cada área reurbanizada conforme projeto.

#### *Como auditor, o senhor acompanha obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região do Porto do Rio. Elas estão dentro do cronograma, da previsão orçamentária e em sintonia com as regras de sustentabilidade e respeito ao patrimônio cultural?*

Neste trabalho foi possível ver na prática, in loco, aquilo que estava descrito nos documentos de formalização da contratação – Ter-



*Contador formado pela Faculdade Moraes Junior, atua na Prefeitura do Rio de Janeiro desde 1982. Em 1993 tornou-se contador concursado da Controladoria Geral do Município, lotado na Auditoria Geral. Foi auditor interno da RIOTUR, COMLURB e IPP, chegando ao cargo de auditor geral. Atuou na Secretaria Municipal de Habitação e foi também diretor de administração e finanças da Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO. Desde 2011 é o auditor interno da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.*

mo de Referência, Edital, Edital do Leilão de CEPAC's, dentre outros – por exemplo. A percepção do universo contratado (cerca de 5 milhões de metros quadrados) ficou muito mais clara. Verificou-se a necessidade de um acompanhamento mais cauteloso, considerando que as atividades são muito dinâmicas. Uma não conformidade verificada num dia pode não se apresentar no dia seguinte e vice e versa. Há muitos atores envolvidos no universo auditável (moradores, pequenos e grandes comerciantes, transeuntes, turistas, etc.) interferindo nas atividades desenvolvidas pela contratada, que devem ser considerados antes de se emitir uma opinião quanto ao desempenho daquela, requerendo atenção especial no desenvolvimento da auditoria.

Não obstante os apontamentos efetuados no presente trabalho, em aproximadamente três meses de iniciados os serviços, ressaltamos que foi possível observar melhoria na iluminação e limpeza da região, mais especificamente no entorno da Rodoviária Novo Rio, Avenida

Brasil (dentro da área da concessão) e Avenida Francisco Bicalho.

#### *A Cdurp é responsável pela emissão e controle financeiro dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs). A expectativa era atrair para a região cerca de R\$2,6 bilhões, dinheiro arrecadado com a venda dos CEPACs. Isto está ocorrendo?*

Na verdade a expectativa foi superada, pois os CEPACs foram vendidos ao preço de R\$545,00 cada, quando o valor inicial era de R\$400,00, ou seja, entre o seu lançamento pela Prefeitura e o leilão de venda, houve uma valorização de aproximadamente 36%. Com isso o valor arrecadado foi da ordem de R\$3,5 bilhões.

#### *Como avalia as etapas do projeto que já foram cumpridas?*

O projeto é muito grande, a área a ser revitalizada gira em torno de 5 milhões de metros quadrados e tem dois momentos: um já realizado pela própria Prefeitura, que investiu cerca de R\$300 milhões na área; e outro, que compreende a maior parte, será com a PPP. Esta última, no momento de nosso trabalho ainda não havia etapa definitivamente concluída. Poderíamos, por exemplo, dizer que para se começar uma obra pelo menos o projeto já deva estar pronto. Entretanto, na revitalização do Porto temos um projeto macro, e dentro dele vários outros que vão sendo desenvolvidos à medida que a obra vai avançando.

Assim, canteiros de obras continuam sendo abertos; sondagens de terrenos para desenvolvimento de projetos construtivos continuam sendo elaborados, ou seja, o obra está ainda no início e tudo acontece ao mesmo tempo. Como são cinco anos de obras os resultados só começam a aparecer após algum tempo.

#### *Na sua visão de auditor, como avalia a articulação do poder público com os demais órgãos públicos e privados?*

Pelo que observo na empresa essa articulação é constante, quase que “24 horas por dia”. Vemos os colaboradores da empresa da área de negócios até o presidente em reuniões constantes para a solução de problemas. Diríamos que eles têm uma agenda muito pesada, sempre com o objetivo de dar celeridade na execução do projeto, para que o cronograma de execução não seja prejudicado e comprometa a conclusão da obra no tempo esperado. 💰

# Artigo

## Controle da Dívida Ativa: um estudo sob a ótica da Gestão Municipal e do Poder Judiciário

por *Marcello Sartore de Oliveira\**



A Dívida Ativa Municipal é considerada um crédito de fundamental importância para os entes públicos que se origina, principalmente, do não pagamento de tributos por parte dos contribuintes, representando, portanto, um direito a receber do ente público.

A não cobrança da dívida ativa, além de implicar no não ingresso de receita pública ao Erário, acaba por estimular o surgimento de novos inadimplentes, em decorrência, especialmente, da inércia do Poder Público, que acaba por gerar a impressão da impunidade.

Evidenciando a necessidade de um estudo mais acurado sobre esse tema, é possível perceber que em 90 municípios fluminenses, em 2010, conforme dados Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o valor referente ao estoque de dívida ativa atingiu as cifras de R\$ 34.986.294.931,71, enquanto que a Receita Tributária, no mesmo período, alcançou o valor de R\$ 8.696.901.660,66. Isto significa que, para esses 90 municípios fluminenses, o estoque de dívida ativa representava 4,02 vezes o valor arrecadado com as receitas tributárias, no ano de 2010.

Quanto ao investimento público, que, conforme Ferreira (1996) é peça chave para garantir o crescimento econômico sustentado da economia e, especialmente, para o fornecimento dos serviços necessários à população, no mesmo período de 2010, os 90 municípios realizaram despesas de investimento no total de R\$ 3.804.775.871,83, perfazendo menos de 10% de seus estoques da dívida ativa.

Comparando a Despesa de Investimentos com os créditos a serem recebidos pelos municípios, verificou-se que o estoque da dívida ativa representou 911,22% do total dos investimentos municipais, no ano de 2010. Percebe-se, então, que se os 90 entes municipais fluminenses, nesse período, tivessem recebidos de forma integral os recursos

inscritos em dívida ativa e quisessem melhor promover o bem-estar da sociedade, poderiam mais do que decuplicar os recursos realizados em investimentos públicos, o que melhoraria substancialmente a qualidade de vida da sociedade assistida.

Como ressalta Paiva (2005), a necessidade de arrecadar mais e de forma eficiente passa a ser a saída para que os entes municipais obtenham mais recursos, para serem aplicados em investimentos nas mais diversas áreas.

Este trabalho tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do Controle sobre a Dívida Ativa, enfocando a participação dos Poderes Executivos municipais e do Poder Judiciário, com o intuito de aperfeiçoar a cobrança dessa receita, como forma de melhor trabalhar a receita pública própria e diminuir a dependência dos entes municipais fluminenses às transferências de recursos de outras esferas públicas, tendo em vista as incertezas geradas quanto aos recebimentos desses recursos.

Justifica-se a inclusão do Poder Judiciário neste trabalho uma vez que, conforme informação veiculada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da pesquisa “Justiça em Números – 2009”, este Poder também envolve ganhos significativos para o Estado. Naquele período, conforme o CNJ, foram arrecadados pelo Judiciário R\$ 19,3 bilhões em receitas, oriundas da cobrança da dívida ativa, para os cofres públicos.

Deste modo, torna-se pertinente, relevante e oportuno incluir o Poder Judiciário no centro da discussão referente ao aperfeiçoamento do controle de gestão sobre a dívida ativa, em virtude de esse Órgão ter intensa relação, mesmo que atípica, com a arrecadação de recursos públicos para a Administração Pública Brasileira.



► A metodologia utilizada recaiu sobre a pesquisa qualitativa, envolvendo municípios do Estado do Rio de Janeiro, através da combinação de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, onde foram repassados questionários junto a pessoas relacionadas ao objeto deste estudo, com o intuito de se verificar a adoção de procedimentos que aperfeiçoem o controle de gestão sobre a dívida ativa, aumentando, assim, a arrecadação dessa receita pública, tanto na fase administrativa com na judicial.

Os dados analisados demonstram que são tantas as ações administrativas infrutíferas de cobrança da dívida ativa que são transferidas ao Poder Judiciário, que este Órgão, em nível Rio de Janeiro, já possui mais da metade de seu acervo cartorário composto por Ações dessa natureza.

Em relação ao Judiciário, no que tange suas características gerenciais, a presente pesquisa evidenciou que esse Poder ainda se encontra abraçado com o modelo de administração burocrático, considerado inadequado para o contexto institucional contemporâneo, por sua ineficiência, que acaba por tornar a ação judicial de cobrança da dívida ativa um procedimento moroso e sujeito à prescrição.

Quanto aos contribuintes entrevistados, devedores da Fazenda Pública, todos os 155 afirmaram que em nenhum momento foram procurados por algum servidor da Prefeitura municipal, em seus endereços, com o intuito de orientá-los sobre como resolver dívidas com o ente político. Também se pode verificar que 66,67% das prefeituras entrevistadas afirmaram não realizar esse serviço de cadastramento imobiliário. Cadastros imobiliários desatualizados são os responsáveis diretos pelos elevados índices de inadimplência referente ao IPTU, sendo este imposto, conforme dados apresentados por 82 municípios fluminenses à Deliberação 247/08 do TCE/RJ, em 2010, responsável por 82% da arrecadação total da dívida ativa.

Outro fato importante apresentado na pesquisa foi a informação acerca de que as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento conseguem recuperar acima de 30% dos créditos em atraso, enquanto que as Prefeituras fluminenses recuperaram em 2010, a média irrisória de 1,369%.

Por fim, pode-se concluir que, quanto aos entes municipais, o presente estudo sugere a instituição de legislação que determine a criação de Órgãos municipais para trabalharem exclusivamente com o controle da receita pública, em especial, com a cobrança da Dívida Ativa, contribuindo, desse modo, não apenas para uma melhor gestão sobre arrecadação municipal, mas, também, para mudança cultural da Administração Pública brasileira, que muita ênfase depende ao Controle da Despesa Pública e pouco se volta à Gestão da Receita Pública.

Esse Órgão municipal possuiria características semelhantes aos Órgãos de Controle interno, como, entre outras,

seus gestores serem “responsáveis solidários” por quaisquer desvios, com autonomia e independência dentro do Poder, reportando-se, tão somente, ao Prefeito Municipal.

A nova legislação elencaria outros deveres às Prefeituras municipais, não as limitando apenas aos requisitos da CDA, previstos na Lei 6830/80, para poderem recorrer ao judiciário, fazendo-as comprovar, assim, que de fato foram esgotadas todas as oportunidades para a quitação dos débitos fiscais a nível administrativo.

Em relação às atribuições, o Órgão municipal, por tratar exclusivamente da Receita Pública, possuiria maior disponibilidade para melhor administrar as receitas da competência municipal, em especial as tributárias, o que contribuiria para diminuir a dependência desses entes das transferências de recursos da União, como os royalties, e dos Estados. Seria responsável também pelo envio de cartas aos devedores fiscais comunicando o atraso do pagamento e suas consequências e, independente do valor da dívida, o encaminhamento dos nomes de devedores inscritos em dívida ativa aos Cartórios de Protestos, e realizaria, especialmente, a atualização periódica dos cadastros imobiliários dos municípios.

Quanto aos servidores, com a finalidade de salvaguardar esse Órgão de injunção política ou de nomeações e remoções indesejadas, sugere-se que seu Quadro seja composto somente por profissionais selecionados, através de concurso público, para atuarem exclusivamente nesse Órgão, e que sejam remunerados com Gratificação de Desempenho, com a finalidade de estimular o crescimento da arrecadação da dívida ativa em nível administrativo.

Em relação ao Poder Judiciário, o presente estudo sugere, através de seu controle externo, utilizar da Lei de Improbidade Administrativa, que passou a ter ainda mais importância com o surgimento da “Lei da Ficha Limpa”, para obrigar os administradores públicos a realizar melhor controle de gestão sobre a dívida ativa, bem como adotar as características da Administração Pública Gerencial, com o intuito de tornar mais eficiente a cobrança da dívida ativa. 💰

### Bibliografia

FERREIRA, Pedro Cavalcanti. *Investimento em Infra-Estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo*. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 26, n. 2, agosto 1996.

PAIVA, V. *Tributação, Arrecadação e Política Fiscal – Um estudo de caso: O Programa de Modernização da Administração Tributária do Município de Vitória*. Vitória: FUCAPE, 2005. p. 145.

---

\* *Marcello Sartore de Oliveira é contador e advogado, mestre em Ciências Contábeis pela UERJ, e especialista em Direito Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Atualmente leciona Contabilidade e Gestão Tributária na Universidade Estácio de Sá e Contabilidade Comercial na Universidade Cândido Mendes.*



## Direito Administrativo e Controle

A presente coletânea de Benjamin Zymler preserva a autonomia de cada tema que a integra, de forma que o interessado possa “optar pela leitura individualizada”.

É o convite que nos faz o autor ao introduzir a obra, deixando-nos na mesma situação em que o sultão colocou o ilustre visitante a quem franqueou o harém de suas mais belas odaliscas. Ante a indefinição do tão surpreso quanto extasiado estrangeiro, indagou-lhe o sultão se não gostara da homenagem ou não sabia o que fazer diante do desafio. Ao que lhe respondeu o presenteado: “Gostei muito e sei bem o que fazer. Só não sei por onde começar!”.

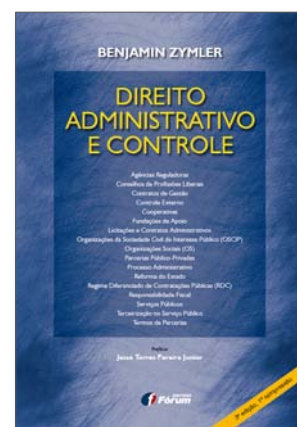
Estamos diante de uma coletânea de temas ao mesmo tempo

eternos e atuais, repassados sob perspectiva inovadora, porém prudente, balizada pelo conhecimento científico e testada na prática do controle externo. Mais do que isto. É a perspectiva de quem alia ao domínio técnico do direito público uma extraordinária vocação para desvendar o novo sem afastar-se do método científico de confrontá-lo com o experimentado. As ciências sociais não dispõem dos laboratórios de que se valem as exatas para se certificar previamente da validade de proposições inovadoras. Por isto é indispensável conhecer-se o resultado que a sociedade colheu no passado, com figuras e modelos assemelhados ou próximos do que se pretende introduzir como novo e que nem sempre o será por inteiro.

### O autor: Benjamin Zymler

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de ministro-Substituto em 1998 por meio de concurso público de provas e títulos. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB). Ministrou cursos na escola da magistratura do Distrito Federal e Territórios, escola da magistratura do Trabalho, escola Superior do ministério Público do Distrito Federal e Territórios, instituto Superior de Brasília (ieSB), Centro Universitário de Brasília (UniCeub), instituto Serzedello Corrêa, entre outros. É autor das obras O controle externo das concessões de serviços públicos e das parcerias público-privadas; Direito Admi-

nistrativo; e Política & Direito: uma visão autopoietica. Formado em engenharia elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em Direito pela Universidade de Brasília. Ⓢ



**Direito Administrativo e Controle**  
de Benjamin Zymler  
Editora Fórum  
308 págs.

## Curso de Responsabilidade Fiscal: Direito, Orçamento e Finanças Públicas

A responsabilidade fiscal dirige e condiciona as ações dos governos. Está no centro do imenso campo de ação estatal, das decisões políticas mais elevadas aos controles contábeis. Este livro, partindo dos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal, expande-se para apresentar, examinar e estudar suas conexões com variados aspectos do direito, da administração, das finanças e das políticas públicas. O livro foi escrito e estruturado com objetivo de ser didático, abrangente, analítico e instigante, suscitando reflexões e novas discussões. Aprofunda

as análises, apresenta estudos e debate questões controvertidas, ao mesmo tempo em que explica com clareza as finalidades de cada artigo da LRF, com base na história legislativa e em casos concretos da União, dos estados e dos municípios. Ao leitor será propiciada uma visão ampliada e crítica dos desafios e soluções multidisciplinares que se interconectam na arte de governar com responsabilidade fiscal e eficiência.

### O autor: Weder de Oliveira

Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União.

Graduado em Direito (UnB) e Engenharia Civil (UFG). Pós-graduado em Economia (George Washington University). Foi Consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal e Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, onde integrou a assessoria do relator do Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. É autor de artigos, estudos e livros, palestrante e professor de Lei de Responsabilidade Fiscal, Direito, Orçamento Público e Controle Externo. Ⓢ



**Curso de Responsabilidade Fiscal - Direito, Orçamento e Finanças Públicas**  
de Weder de Oliveira  
Editora Fórum  
1.175 págs.

## Aconteceu

### Conselho da Cidade do Rio dá início às atividades de 2013



foto: Beth Santos

A Prefeitura do Rio realizou em 14 de março, no Palácio da Cidade, em Botafogo, a primeira reunião de 2013 do *Conselho da Cidade*. Formado por 150 cidadãos destacados por seu notório saber sobre as questões do município ou por sua contribuição ao desenvolvimento da cidade do Rio, o Conselho reúne-se mensalmente e atua como fórum consultivo no auxílio à revisão e acompanhamento do Plano Estratégico da Prefeitura. A participação não

é remunerada, mas é exigida a presença dos conselheiros em ao menos 2/3 das reuniões, além da colaboração em pesquisas, entrevistas e discussões presenciais e virtuais. Cada conselheiro tem mandato de 2 anos, com renovação de pelo menos 30% dos participantes no ano seguinte. Em 2013, representantes de todos os conselhos da Prefeitura também farão parte do Conselho da Cidade.

O tema principal desta reunião foi o início do acompanhamento da execução do Plano Estratégico 2013-2016, desenvolvido com colaboração do próprio Conselho a partir da discussão de temas relevantes e prioritários para a cidade. O encontro contou com a presença do prefeito Eduardo Paes, do secretário-chefe da Casa Civil, Pedro Paulo Carvalho, e de outros secretários municipais.

#### *Representatividade social*

O secretário Pedro Paulo destacou a relevância do Conselho na discussão de um futuro melhor para o Rio através de apontamentos importantes de pessoas de posições de destaque. “A ideia é envolver a sociedade e fazer com que a discussão sobre o desenvolvimento do Rio não seja unilateral. Em 2013, vamos fazer com que os conselheiros se aprofundem ainda mais dos programas do Plano Estratégico, acompanhando diretamente o desenvolvimento dos projetos, inclusive a execução das obras”.

Cerca de 80% das propostas do Conselho da Cidade foram incluídas no Plano Estratégico 2013-2016, totalizando 58 iniciativas e 56 metas e um orçamento previsto de R\$ 38,6 bilhões.

por Elisa Motta - Portal da PCRJ

### Servidores do Rio se aproximam da conquista de bônus pela avaliação de desempenho

Noventa e seis mil servidores de quarenta e três órgãos, que empenharam-se em cumprir as 196 metas de 2012, chegam à reta final da conquista de bônus pela avaliação de desempenho no Acordo de Resultados. No total, foram cerca de 83% de servidores que participaram desta 5ª edição do Acordo, no primeiro ano de acompanhamento de todos os compromissos estabelecidos no Plano Estratégico 2013-2016.

Dentre todos os participantes, 33 secretarias e órgãos atingiram suas metas totais ou parciais, ao somar notas iguais ou superiores a 8. São elas: Empresa Olímpica, Instituto Pereira Passos, Procuradoria, Previ-Rio, Obras, Planetário, Urbanismo, RioFilme, Ciência e Tecnologia, Parques e Jardins, Cultura, GeoRio, MultiRio, Controladoria, Pessoas com Deficiência, Assistência Social, RioLuz, RioTur, Qualidade de Vida, Smel, RioUrbe, Fazenda, Trabalho e Emprego, Saúde e Defesa Civil, Iplan, Ordem Pública e Guarda Municipal, Casa Civil e Gabinete, Transportes e Cet-Rio e Seconserva.

Segundo José Paulo Carralas Grelo, diretor de previdência e assistência do Previ-Rio, o grande mérito da sua área neste Acordo,

#### acordo de RESULTADOS

que ajudou a autarquia a obter nota 10, diz respeito diretamente aos servidores. “A nossa meta de abertura e deferimento de processos de pensão na folha seguinte de pagamento dos aposentados era de 95%, implicando que os processos entrassem na folha em 15 dias e o pagamento saísse em 20. Batemos a meta com 99%”, revela José Paulo, feliz com a missão cumprida.

Já para Ricardo Ferraz, diretor de administração e finanças, também da PREVI-RIO, a meta batida na compensação previdenciária foi outro grande mérito. “Conseguimos arrecadar de INSS um valor expressivo. A meta era de 39 milhões de reais. Nossa arrecadação foi de 48 milhões. Atribuo esse resultado ao esforço da autarquia junto à equipe de Gerência de Compensação e Arrecadação do INSS. Uma parceria que elucidou dúvidas e aprimorou procedimentos”, fala orgulhoso.

Dentro dos órgãos que atingiram a nota máxima, o IPP fez bonito ao cumprir a sua

meta de implantar o programa UPP Social em novas áreas com UPP na cidade, em um prazo máximo de 2 meses. E olha que essa foi uma delas a ser batida.

Já a Cultura, mostrou que não se abateu pelo mau resultado que obteve no último Acordo e provou, entre outras metas atingidas, que pôde expandir a oferta cultural da cidade através do fomento à atividade, alcançando 321 produções culturais beneficiadas em 2012, sendo que a meta prevista era de 220.

Os servidores, que cumpriram os compromissos firmados e receberão bônus em contracheques suplementares, com valores de 0,5 a 2 salários extras em junho, estão vibrando.

No balanço do Acordo de Resultados de 2012, a Prefeitura obteve a média geral de 8,4. E está mostrando que a meritocracia continua sendo um processo estimulante e inovador para a produtividade de todos. Principalmente para os que trabalham e correm atrás de benefícios para a cidade.

(fonte: Portal do Servidor - <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor>)



## Agenda & Eventos

### ► 6º CONINTER



Será realizado, nos dias 17 e 19 de abril de 2013, no Hotel Guanabara Palace, a 6ª edição do CONINTER – Congresso Brasileiro de Controle Interno e Externo. O evento vai enfatizar discussões sob a perspectiva de controle da despesa e da receita pública. Além disso, o programa visa atender aos anseios do público em geral, os debates passam por diversos temas atuais, desde o Plano de Contas Aplicado ao Setor (PCASP), a Lei de Transparência, até o Regime Diferenciado de Contratação sob a atuação do controle, dentre outros. Este ano o 6º CONINTER terá 3(três) dias de exposições e serão oferecidos minicursos no 2º dia do evento. Outras informações e inscrições pelo site [www.jam-juridica.com.br](http://www.jam-juridica.com.br) ou pelo telefone (71) 3342-4531.

### ► Prêmio Ministro Gama Filho

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) promove anualmente o Prêmio Ministro Gama Filho no intuito de estimular a produção acadêmica sobre

a Administração Pública. Na edição 2013 o Prêmio será dado à melhor monografia sobre o tema “A importância da Nova Contabilidade Pública para a Gestão Governamental.” As monografias poderão ser individuais ou ter até dois co-autores, e devem observar de forma criteriosa as orientações contidas ementa que se encontra no anexo I do edital do Prêmio. Serão dezesseis mil reais já livres de impostos distribuídos aos autores dos três melhores trabalhos monográficos da seguinte forma: 8 mil ao primeiro colocado, 5 mil ao segundo e 3 mil ao terceiro. Os postulantes devem entregar sua monografia até 14 de junho na Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ, situada na Avenida Jansen de Melo, 3, Centro, Niterói - RJ, ou enviá-las por SEDEX para o mesmo endereço. Nesse último caso, a data de referência é a da postagem da monografia conforme aferida pelos correios, respeitando-se o mesmo prazo da entrega presencial. Os membros da Comissão Julgadora terão até o dia 06 de agosto de 2013 para devolver as monografias avaliadas com suas respec-



tivas notas. Maiores informações, e acesso à íntegra do edital podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.ecg.tce.rj.gov.br/>.

### ► Prestação de Contas



Estará no Portal da CGM-RJ, a partir de 15 de abril, a edição 2012 da Prestação de Contas do Município do Rio de Janeiro, documento oficial que apresenta em detalhes as contas da Prefeitura do Rio para o ano referido. Além de obedecer a legislação em vigor, a divulgação do documento reflète a política de transparência da própria Prefeitura, sendo seu acesso franqueado a todos. Em consonância com essa política, a Controladoria elabora também, a cada ano, o Prestação de Contas Carioca, uma versão resumida da prestação oficial, feita com interface amigável e voltada para o cidadão comum. As edições digital e impressa deste ano, com referência a 2012, também estarão disponíveis em breve no Portal da CGM-RJ ([www.rio.gov.br/web/cgm](http://www.rio.gov.br/web/cgm)). 💰

► (continuação da pág. 3) seu respectivo Poder Legislativo através de um Tribunal de Contas, e cada poder deveria criar o seu próprio “sistema de controle interno”.

A passagem da letra da lei à sua aplicação na prática, entretanto, não foi curta ou fácil, sobretudo em relação ao controle interno. O país encontrava-se em pleno processo de reestruturação e de reconstrução das instituições democráticas, e foram necessários vários anos para que as “controladorias” começassem a se tornar realidade. As primeiras foram criadas ao longo da década de 1990, e a Controladoria Geral da União seria oficialmente instituída somente em 2001, treze anos após a promulgação da Carta Magna.

### Pioneirismo da CGM-RJ

Nesse contexto, foi a Prefeitura Rio que despontou à frente. Ainda em 1993 era promulgada a Lei nº 2.068, de 22/12/93, que instituía o Sistema Integrado de Fiscalização Financeira, Contabilidade e Auditoria do Poder Executivo e criava a Controladoria Geral do Município. Tratava-se do primeiro órgão do Brasil dedicado exclusivamente ao controle interno. Sua missão foi definida como “exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional quanto à legalidade, legitimidade,

economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas”.

Como instituição pioneira, a CGM-RJ transformou-se no laboratório sobre o qual se voltaram os olhos de todas as instâncias de governo em processo de implantação seus próprios órgãos de controle interno. Apesar de sua estrutura ter passado por diversas modificações, de modo a adequá-la aos diversos desafios que foram surgindo ao longo do caminho nesses 20 anos de história, ela permanece seguindo as mesmas linhas fundamentais, o que revela o acerto na visão de longo prazo utilizada para erigir essa instância inédita. 💰

# DEMONSTRATIVOS LRF

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Fevereiro de 2012 a fevereiro de 2013

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	fev/12	fev/13	Em fev/12	Em fev/13	Até fev/12	Até fev/13	Em fev/12	Em fev/13
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.354.239.120,00</b>	<b>20.811.928.144,00</b>	<b>2.184.565.898,45</b>	<b>2.272.941.070,90</b>	<b>3.711.660.356,86</b>	<b>3.977.262.953,53</b>	<b>14.642.578.763,14</b>	<b>16.834.665.190,47</b>
Tributárias	7.336.659.421,00	8.401.251.105,00	1.187.978.839,31	1.248.200.348,47	1.821.950.828,41	2.007.859.585,01	5.514.708.592,59	6.393.391.519,99
Contribuições	2.399.803.591,00	2.623.425.911,00	174.244.483,48	196.880.156,19	346.922.418,75	392.381.139,25	2.052.881.172,25	2.231.044.771,75
Patrimoniais	968.691.009,00	994.636.616,00	228.307.147,56	29.349.737,71	353.505.859,10	66.994.747,93	615.185.149,90	927.641.868,07
Industrial	9.566.630,00	12.540.967,00	208.027,78	188.080,36	1.190.644,59	885.204,47	8.375.985,41	11.655.762,53
Serviços	351.468.647,00	336.795.419,00	9.257.330,29	24.827.727,45	21.552.088,68	35.160.525,02	329.916.558,32	301.634.893,98
Transferências Correntes	5.856.486.838,00	6.700.897.858,00	514.929.890,52	626.385.493,16	1.014.123.774,97	1.248.672.309,64	4.842.363.063,03	5.452.225.548,36
Outras Receitas Correntes	1.431.562.984,00	1.742.380.268,00	69.640.179,51	147.109.527,56	152.414.742,36	225.309.442,21	1.279.148.241,64	1.517.070.825,79
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.149.037.862,00</b>	<b>2.700.668.382,00</b>	<b>18.649.998,76</b>	<b>58.085.572,44</b>	<b>104.499.670,74</b>	<b>109.056.263,47</b>	<b>2.044.538.191,26</b>	<b>2.591.612.118,53</b>
Operações de Crédito	955.672.174,00	1.459.393.782,00	146.145,86	5.395.489,86	70.193.083,64	13.372.283,77	885.479.090,36	1.446.021.498,23
Alienações de Bens	441.451.434,00	250.204.664,00	1.189.725,03	232.800,00	1.225.316,07	232.800,00	440.226.117,93	249.971.864,00
Amort. de Empréstimos	112.266.100,00	126.156.842,00	11.547.087,63	9.549.344,24	23.705.657,72	20.162.139,80	88.560.442,28	105.994.702,20
Transferências de Capital	333.644.039,00	596.075.511,00	5.767.040,24	42.907.938,34	9.375.613,31	75.289.039,90	324.268.425,69	520.786.471,10
Outras Receitas de Capital	306.004.115,00	268.837.583,00	-	-	-	-	306.004.115,00	268.837.583,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>20.503.276.982,00</b>	<b>23.512.596.526,00</b>	<b>2.203.215.897,21</b>	<b>2.331.026.643,34</b>	<b>3.816.160.027,60</b>	<b>4.086.319.217,00</b>	<b>16.687.116.954,40</b>	<b>19.426.277.309,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>(16.622.129.311,46)</b>	<b>(18.657.570.787,66)</b>	<b>(958.470.738,04)</b>	<b>(933.611.496,77)</b>	<b>(1.934.584.899,52)</b>	<b>(2.237.905.302,96)</b>	<b>(14.687.544.411,94)</b>	<b>(16.419.665.484,70)</b>
Pessoal e Encargos	(9.663.653.626,00)	(10.434.241.988,18)	(597.913.053,85)	(581.884.156,47)	(1.309.676.607,31)	(1.428.277.729,59)	(8.353.977.018,69)	(9.005.964.258,59)
Juros e Encargos da Dívida	(497.822.103,00)	(589.595.025,00)	(191.877,83)	(193.718,80)	(76.502.689,93)	(86.643.773,66)	(421.319.413,07)	(502.951.251,34)
Outras Despesas de Correntes	(6.460.653.582,46)	(7.633.733.774,48)	(360.365.806,36)	(351.533.621,50)	(548.405.602,28)	(722.983.799,71)	(5.912.247.980,18)	(6.910.749.974,77)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>(4.038.615.175,08)</b>	<b>(3.858.726.541,40)</b>	<b>(56.360.767,31)</b>	<b>(32.938.177,34)</b>	<b>(130.363.785,95)</b>	<b>(78.931.187,80)</b>	<b>(3.908.251.389,13)</b>	<b>(3.779.795.353,60)</b>
Investimentos	(3.653.095.675,08)	(3.433.966.756,40)	(55.920.082,84)	(32.501.301,08)	(93.989.902,23)	(37.702.486,56)	(3.559.105.772,85)	(3.396.264.269,84)
Inversões Financeiras	(124.876.375,00)	(118.153.449,00)	(7.960,00)	-	(7.960,00)	-	(124.868.415,00)	(118.153.449,00)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(260.643.125,00)	(306.606.336,00)	(432.724,47)	(436.876,26)	(36.365.923,72)	(41.228.701,24)	(224.277.201,28)	(265.377.634,76)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>(37.924.037,10)</b>	<b>(1.023.519.747,52)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(37.924.037,10)</b>	<b>(1.023.519.747,52)</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( II )</b>	<b>(20.698.668.523,64)</b>	<b>(23.539.817.076,58)</b>	<b>(1.014.831.505,35)</b>	<b>(966.549.674,11)</b>	<b>(2.064.948.685,47)</b>	<b>(2.316.836.490,76)</b>	<b>(18.633.719.838,17)</b>	<b>(21.222.980.585,82)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(195.391.541,64)</b>	<b>(27.220.550,58)</b>	<b>1.188.384.391,86</b>	<b>1.364.476.969,23</b>	<b>1.751.211.342,13</b>	<b>1.769.482.726,24</b>	<b>(1.946.602.883,77)</b>	<b>(1.796.703.276,82)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>190.008.942,55</b>	<b>27.220.284,97</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.